

Coordenação

Augusto Neves Dal Pozzo

Lei Federal nº 14.026/2020

O NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO

REVISTA DOS TRIBUNAIS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourí

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Gean Paulo Pierre

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

1183315

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico / Augusto Neves Dal Pozzo, coordenação. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-211-1

1. Direito administrativo 2. Direito administrativo - Brasil 3. Políticas públicas (Direito) 4. Saneamento - Legislação - Brasil I. Dal Pozzo, Augusto Neves.

20-44170

CDU-351.77(81)(094.98)

Índices para catálogo sistemático:

1. Saneamento básico : Pareceres jurídicos : Brasil : Direito administrativo 351.77(81)(094.98)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Apresentação	5
Transformar em realidade a solução para o saneamento básico.....	11

1ª SEÇÃO ASPECTOS GERAIS DO NOVO MARCO

1. Saneamento básico: a evolução jurídica do setor.....	17
<i>Rodrigo de Pinho Bertoccelli</i>	
2. Considerações iniciais sobre a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico.....	35
<i>Alexandre Santos de Aragão e Rafael Daudt D'Oliveira</i>	
3. Os desafios do saneamento e os incentivos para o avanço do setor	55
<i>Daniela Sandoval e Jéssica Acocella</i>	
4. O regime jurídico de transição no novo marco legal do saneamento (Lei 14.026/2020)	71
<i>Juliano Heinen e Rafael Maffini</i>	
5. Investimentos em Saneamento: será o novo marco regulatório capaz de nos levar ao atingimento da meta de universalização do saneamento básico no Brasil?.....	97
<i>Charles Corrêa Schramm</i>	

2ª SEÇÃO PRINCÍPIOS INFORMADORES DO REGIME DO SANEAMENTO BÁSICO

6. Princípios do Marco Legal do Saneamento Básico, com as alterações determinadas pela Lei 14.026, de 15 de julho de 2020.....	105
<i>João Negrini Neto e Maria Carolina Negrini</i>	

3ª SEÇÃO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E
ESGOTAMENTO SANITÁRIO

7. **Serviço Público de Saneamento Básico: abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. Conceitos e implicações no novo marco regulatório** 119
Artur Porto Alegre

4ª SEÇÃO
DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

8. **Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.....** 137
André Luiz Freire

5ª SEÇÃO
TITULARIDADE, GESTÃO ASSOCIADA
E PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS
SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

9. **Titularidade do serviço de saneamento básico à luz da Lei Federal 14.026/2020** 153
Ricardo Marcondes Martins
10. **Gestão Associada da Prestação dos Serviços – o que muda com o Novo Marco Legal do Saneamento?** 187
Natália Resende, Isadora Cohen e Fernando S. Marcato
11. **Consórcios públicos e o marco legal do saneamento básico** 201
Adilson Abreu Dallari
12. **Gestão associada e outros arranjos institucionais para a prestação dos serviços de saneamento** 211
Giuseppe Giamundo Neto e Fernanda Leoni
13. **Notas sobre a Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Saneamento Básico** 221
Rafael Domingos Faiardo Vanzella e Jéssica Suruagy Amaral Borges
14. **Camisa 10: o Novo Marco Legal do Saneamento; um olhar para o futuro e as oportunidades de sinergia; exercício da titularidade; interesse local e interesse comum. Uma visão integrativa e modelos contratuais e societários.....** 251
Adriano Candido Stringhini e Tales José Bertozzo Bronzato

6ª SEÇÃO
DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO

15. Da Política Pública de Saneamento Básico no Novo Marco Regulatório..... 269
Percival José Bariani Junior e Paulo Henrique Triandafelides Capelotto
16. Aspectos atinentes à judicialização de Políticas Públicas e o novo marco legal do saneamento básico..... 297
Evane Beiguelman Kramer

7ª SEÇÃO
ASPECTOS REGULATÓRIOS

17. As competências normativas da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) em razão do advento da Lei federal 14.026, de 2020, modificativa do “marco legal” do saneamento 307
Maurício Zockun
18. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e os novos marcos normativos da Lei n. 14.026/2020: uma breve análise acerca das perspectivas e expectativas em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.492 323
Christianne Dias Ferreira e Luis Carlos Martins Alves Jr.
19. Novo Marco do Saneamento e a atividade regulatória..... 335
Cristiana Fortini e Adriana da Costa Ricardo Schier

8ª SEÇÃO
INVESTIMENTO PRIVADO NO SETOR DE SANEAMENTO

20. A Lei 14.026/2020 e a remoção das barreiras ao investimento privado 355
Cíntia Leal Marinho de Araujo, Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança e Diogo Mac Cord de Faria
21. O “novo” marco do saneamento básico brasileiro: a importância do marco regulatório setorial e o mito da privatização 369
Jhonny Prado, Mariana de Araújo Antunes e Viviane Formigosa

9ª SEÇÃO
DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

22. O Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico e os modelos de emparceiramento com a iniciativa privada: a Concessão e a Parceria Público-Privada 389
Augusto Neves Dal Pozzo e Renan Marcondes Facchinatto

23. **A Hora e a Vez do Setor Privado: Modelagem de Privatizações e Concessões no Setor de Saneamento** 411
José Virgílio Lopes Enei
24. **A economia política do novo marco legal do saneamento: do público vs. privado para as Parcerias Público-Privadas** 423
Carlos Alexandre Nascimento, Antonio Sodré e Rafael Castilho
25. **Delegação dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos no novo marco regulatório de saneamento básico** 441
Edgard Hermelino Leite Junior e Marcia Buccolo

10ª SEÇÃO EMPRESAS ESTATAIS E SANEAMENTO BÁSICO

26. **A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico** 461
Christianne de Carvalho Stroppa e Renila Lacerda Bragagnoli

11ª SEÇÃO ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

27. **Sustentabilidade econômica e social** 479
Bruno Aurélio e Renan Sona Silva
28. **Hipóteses de interrupção dos serviços na Lei de Saneamento** 499
Silvio Luís Ferreira da Rocha

12ª SEÇÃO ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

29. **Novo Marco Legal do Saneamento, variações regulatórias e consequências tributárias – Delimitação de despesas e de seu tratamento tributário para a composição do preço dos serviços de saneamento básico** 505
Tácio Lacerda Gama e Viviane Câmara Strachicini

13ª SEÇÃO ASPECTOS PENAIS

30. **A tutela penal do meio ambiente no desenvolvimento da atividade de saneamento básico** 523
Cláudia Vara e Guilherme San Juan Araujo